

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

Imprensa periódica em tempos de construção do Estado Nacional: Rio Grande do Sul, 1830-1845.

Klafke y Álvaro Antonio.

Cita:

Klafke y Álvaro Antonio (2013). *Imprensa periódica em tempos de construção do Estado Nacional: Rio Grande do Sul, 1830-1845*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/347>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 42

Título de la Mesa Temática: Las publicaciones periódicas en América Latina y su recepción en el campo social y político

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: Arce, Alejandra Evelia de; Aranda, María Marcela; Valle, Fabio Aberaldo Moraga.

**IMPRESA PERIÓDICA EM TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO
NACIONAL: RIO GRANDE DO SUL, 1830-1845**

Klafke, Álvaro Antonio

Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da

Universidade de Passo Fundo

e-mail: alvaroklafke@ig.com.br

<http://interescuelashistoria.org/>

IMPrensa PERIÓDICA EM TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL: RIO GRANDE DO SUL, 1830-1845

Álvaro Antonio Klafke

Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade de Passo Fundo
e-mail: alvaroklafke@ig.com.br

Introdução

Nas primeiras décadas do século XIX, a América de colonização ibérica viveu um período de intensa agitação política. Foram tempos que podemos caracterizar como de laboratório político e sociológico com vistas à construção dos Estados então em projeção. Essa atividade ocorria num contexto de intermitência, provisoriedade e distancia, para a maioria das populações, da atividade parlamentar. Assim, a precária imprensa periódica assumiu um papel de relevância ímpar, em termos políticos, sociais e culturais. Foram os jornais, sobretudo, os veículos de divulgação das propostas, projetos, manifestação de interesses de pessoas e grupos com pretensão de influir na vida das sociedades que então se reconstituíam. A partir dessa constatação, este texto objetiva destacar, fundamentalmente, aspectos do papel da imprensa periódica da Província do Rio Grande do Sul no processo de construção do Império brasileiro.

A delimitação cronológica proposta diz respeito a um tempo específico, que tem muito de arbitrário, por um lado – como costuma acontecer em qualquer recorte historiográfico –, mas que também está baseada na observação de uma efetiva particularidade, determinada pelos eventos e pelas fontes pesquisadas. 1831 é o ano da Abdicação do primeiro imperador, momento em que o Brasil entra numa fase de intensa discussão de diversos aspectos da organização da vida nacional. Isso inclui questões de amplo espectro, indo do campo institucional, no qual a discussão sobre o arranjo federativo era mais saliente, até o da delimitação da cidadania, discussões sobre decisões macroeconômicas e orientação sobre costumes. Se, do ponto de vista “nacional”, existe um marco (1840) que de certa forma encerra essa fase, a partir da antecipação da maioridade de Pedro II, na província do Rio Grande do Sul, pelo menos no que tange ao debate acerca do federalismo, isso deve ser estendido até 1845, data que marca o final da chamada Revolução Farroupilha (1835-1845).

Em relação aos temas abordados, há que se destacar o momento de emergência de uma incipiente “opinião pública”, ligada estreitamente a um contexto mais urbano, o que passa a ser um elemento fundamental à análise, pois permite refletir, por exemplo, acerca da disputa retórica travada em torno do tema da civilização, contraposta pelos legalistas, isto é, defensores da unidade imperial, ao barbarismo dos contrários. Nesse sentido, salienta-se também a intenção pedagógica das publicações, que procuravam orientar a sociedade em uma infinidade de aspectos, numa época vista como de (re)construção geral.

Entretanto, o que caracterizava o discurso jornalístico da época era a sua agressividade, virulência e, por vezes, o sarcasmo. Essa forma de expressão, talvez, contribua para uma certa desvalorização desse tipo de fonte, induzindo à impressão de superficialidade. Evitando incorrer no equívoco oposto, o da sobrevalorização, deve-se registrar, todavia, que esses textos são relevantes à análise do período, pois oferecem mostras de temas importantes presentes naquele momento de expansão e relativa popularização da palavra impressa. Evidentemente que é possível apenas conjecturar em que grau tais textos se relacionam com as ações tomadas em nível governamental, com a concretude da *realpolitik*, mas oferecem material para reflexão sobre outros níveis de ação, como os de agentes locais que buscavam participar de forma efetiva da estruturação social.

Em uma perspectiva de valorização das publicações, portanto, objetiva-se realçar a complexidade e riqueza dos debates de então. Os jornais faziam sua entrada “na cena política”, e notoriamente constituíam um espaço público no qual questões vitais à constituição do Estado e da própria sociedade eram disputadas. A partir desses pressupostos, acompanharemos alguns exemplos nos quais os próprios agentes se colocam como pertencentes e formadores de uma arena de discussão específica.

Cena política

No primeiro número do *Mestre Barbeiro*, o articulista apresentava as suas credenciais ironizando outras folhas:

Tem aparecido na cena política o Alfaiate, o Sapateiro, o Boticário, etc e não vi ainda um Sr. Barbeiro; quando este, tão bem, ou talvez melhor, que aqueles, podia figurar no seu tanto, sem que a sua ingerência em política fosse tida como *déplacée*.

Eu já espero que um dos primeiros, cioso de sua *importância* e *consideração social*, avançando para mim armado de algum *pau*, ainda que seja já de *idade* e carunchoso, me venha perguntar como me atrevo a ombrear com ele, intentando politicar e *canalhar* em desprezo de seu privilégio exclusivo?¹

O texto é permeado de referências veladas (ou nem tanto) aos títulos e aos redatores de periódicos que, no início do conturbado ano de 1835, alinhavam-se entre os críticos do governo provincial. Às ironias quanto à posição social dos adversários – ele está se referindo principalmente a Pedro José de Almeida, o Pedro Boticário, combativo farroupilha redator do *Idade de Pau* – soma-se a também irônica inserção do termo em francês, mais a referência à prática de “politicar” e “canalhar”, com o intuito de desqualificar os contendores. Entretanto, mais do que isso, transparece, também, o questionamento sobre a legitimidade do discurso proferido a partir de posições sociais tidas como inferiores, e não é por acaso que o sarcasmo recaia sobre apelidos derivados de atividades profissionais, em uma sociedade, especialmente do ponto de vista dos conservadores, na qual o trabalho ainda não é um valor amplamente reconhecido.

Constituída de elementos conscientes ou involuntários, essa é uma manifestação eminentemente política, que oferece material para reflexão sobre níveis de ação distintos da política palaciana. Em direção semelhante, John Pocock, argumentando sobre o contexto da Grã-Bretanha do século XVIII, critica a posição historiográfica revestida “da crença de que não existe realidade alguma, a não ser a realidade da alta política, e de que a prática da alta política sempre tem êxito na redução do discurso à insignificância” (Pocock, 2003: 61). Lembrança oportuna, pois chama a atenção para a relação que se estabelece entre as práticas políticas e o papel do discurso, da opinião, mesmo no âmbito interno de qualquer governo. Podemos ampliar a visão do autor, argumentando que, mesmo em uma esfera mais “popular” (no caso, a dos redatores), o discurso assume relevância. E era tal a intensidade dos escritos políticos que, a certa altura, o redator do *Observador* anunciava: “Basta de política, é preciso dar alguma folga aos Nossos leitores, naturalmente fatigados dos fastidiosos debates”.² Isso antes de publicar uma fábula, evidentemente com clara conotação política.

Os jornais faziam sua entrada “na cena política”, como anunciava o *Mestre Barbeiro*, e conformavam um espaço público singularmente relevante num momento

¹ *O Mestre Barbeiro*. Porto Alegre, n.1, 31 de janeiro de 1835.

² *O Observador*. Rio Grande, n. 77, 26 de janeiro de 1833.

em que não existiam partidos nos moldes em que vieram a constituir-se um pouco mais tarde, em que a atividade parlamentar nacional era distante e intermitente e a provincial apenas iniciava. Nesse contexto, as associações de interesses e suas folhas exerciam papel de representação e de debate fundamental.

Mesmo um jornal “oficialmente” reconhecido como representante do governo – embora não da forma atual, pois os órgãos oficiais do período resultavam de iniciativa pessoal do presidente da província – participava ativamente (ou até mesmo fomentava) das polêmicas “de partidos”. É o caso do *Correio Oficial da Província de São Pedro*, que criticava os jornais opositores, pela linguagem virulenta e ataques à honra pessoal: “Ainda se não leram nos Periódicos da Ordem insultos como nas colunas do *Echo*, *Continentista*, *Recopilador*, *Idade de Pau* e *Noticiador*, onde os defeitos da vida privada de vários Cidadãos têm sido expostos ao público, com o descaramento, e insolência, próprio de seus Redatores”.³

O redator não cita os seus símiles defensores da ordem, mas é objetivo ao nomear os principais órgãos oposicionistas. A crítica acerca da linguagem é curiosa, na medida em que o articulista queixoso simplesmente ignora, por exemplo, o trocista e ofensivo *Mestre Barbeiro*, alinhado aos legalistas. Além disso, é ele próprio pródigo em ataques violentos e menções desairosas sobre a vida pessoal dos adversários. Para o que aqui importa, é interessante notar, primeiramente, que o texto citado fazia parte de uma seção intitulada “Artigos não oficiais”, ou seja, um espaço de opinião e crítica, distinto do restante da folha, ocupada majoritariamente com a divulgação dos atos oficiais dos governos central e provincial. De outra parte, a menção explícita aos órgãos opositores impõe um questionamento acerca das divisões estabelecidas entre os periódicos sul-riograndenses do período: é possível propor um esquema classificatório que os agrupe por tendência política?

Legalistas e Farroupilhas

As dificuldades que cercam a tentativa de elucidação dessa questão são de diversas ordens. Em primeiro lugar, há que se notar que o *corpus* documental é desigual, com falhas e lacunas sérias. Existem coleções de periódicos quase completas, outras com um número bastante razoável de exemplares, mas também jornais dos quais

³ *Correio Oficial da Província de São Pedro*. Porto Alegre, n. 68, 12 de agosto de 1835.

apenas poucas edições alternadas sobreviveram ao notório descaso com a memória histórica. Também têm-se notícias indiretas de várias folhas que não existem em arquivos. Apesar desses empecilhos, resta ainda uma quantidade de material riquíssimo a ser analisado.

De outro tipo são os problemas que se apresentam quando, superada a fase de seleção e organização, enfrentamos a sua leitura. Inicialmente, impõe-se o reconhecimento franco da singela dificuldade, em alguns casos, de deduzir posições políticas a partir de um texto pouco claro. Outra ressalva importante deriva da constatação de que alguns jornais tomados como legalistas estavam pouco preocupados em alçar bandeiras políticas, pois eram ligados à figura do presidente da província do momento, e objetivavam muito mais a defesa do *seu* governo ou mesmo a auto-promoção.

Além disso, a efemeridade da maioria traz o risco de agrupar representantes de conjunturas políticas absolutamente díspares. Um jornal ser caracterizado como “legalista” por sua atuação durante os primeiros movimentos contra o presidente da província é coisa muito diferente do que outro que receba essa adjetivação ao final do conflito, por exemplo. Por outro lado, entre aqueles mais longevos, acontece por vezes que, ao atravessarem distintas temporalidades (conjunturas), sustentem posições também cambiantes (é o caso, por exemplo, do *Recopilador Liberal*), passando por fases às vezes desconsideradas na análise em nome de objetivos classificatórios, redundando em rótulos generalizantes e genéricos.

Sistemas de classificação da linha editorial e política dos periódicos do período, além da tendência a agrupar títulos que, em muitos aspectos, rivalizavam violentamente, também correm o risco do anacronismo, ao basearem-se em um arcabouço conceitual insuficiente para caracterizar os posicionamentos de então. É o que parece ocorrer com a divisão proposta por Francisco Riopardense de Macedo, que, para o período anterior à Revolução Farroupilha, divide o conjunto da imprensa provincial em Esquerda Liberal e Legalista (Macedo, 1994: 34). O autor inspira-se, principalmente, na proposição de Nelson Werneck Sodré, que caracteriza o espectro político de então como cindido em três forças principais: direita conservadora, direita liberal e esquerda liberal. A imprensa acompanharia a cisão, distinguindo-se, quanto à orientação, pela identificação com uma das três correntes políticas (Sodré, 1999: 110).

Macedo, entretanto, alinha sob o rótulo de legalista tanto a direita conservadora quanto a liberal da classificação de Werneck Sodré. Conseqüentemente, o que é

chamado de esquerda liberal, por contraste, corresponderia ao que os contemporâneos, negativamente, chamavam de Exaltados, Farroupilhas ou outros epítetos. Apesar da dificuldade de entendimento que o par esquerda/direita pode acarretar, esse não parece o problema principal. O que causa maior complicação é o agrupamento dos órgãos mais conservadores – chamados legalistas – colocados em oposição a todo um conjunto que, se de fato distingue-se do anterior por apresentar características mais liberais, não possui homogeneidade, muito menos aspectos comuns que permitam o enquadramento sob a denominação de esquerda liberal. Nesse sentido, *O Observador*, por exemplo, seria melhor qualificado de liberal moderado, também expressão da época, pois seu discurso era de tom absolutamente “legalista”, o que parece ser negado na medida em que ele aparece listado no grupo da esquerda liberal.

Em função das dificuldades expostas, renunciemos à intenção de mais uma classificação nesses moldes. Isso não nos exime, entretanto, de clarificar o entendimento do genérico termo “legalistas” até aqui utilizado. O que isso significa? Fundamentalmente, são assim considerados aqueles jornais cujo texto permite identificar a defesa da unidade e integridade imperial. Importa, mais do que enquadramento dos títulos, refletir acerca da construção do Estado imperial, processo também passível de ser apreendido a partir dos periódicos provinciais. Nesse sentido, os órgãos analisados recebem esta qualificação geral – legalistas –, com o objetivo de diferenciar de outros com posturas alinhadas ao federalismo monárquico mais radical, especialmente na conjuntura anterior à Revolução Farroupilha, e os ligados ao republicanismo, posteriormente. Percebem-se, é claro, características distintivas que extrapolam essa divisão elementar.

Embora os conceitos de direita e esquerda já fossem usados no período, seguindo os ditames da Revolução Francesa, divisões estabelecidas nesses parâmetros tendem à simplificação e à interpretação de posturas que absolutamente não estavam colocadas no tabuleiro político de então. Como é impossível deixar de marcar distinções, podemos recorrer a um esquema de divisões e recomposições durante as regências que, sumariamente, considera os restauradores como partidários do retorno ao poder de Pedro I, ou pelo menos como defensores da Carta Constitucional de 1824. Depois de 1834, com a morte do ex-imperador, irão aproximar-se dos moderados e reforçar os aspectos mais conservadores desse grupo. Os exaltados são os que, junto aos moderados, forçaram a abdicação em nome de aspirações de caráter nacionalista e principalmente de autonomia federalista bastante radical. Cedo viram essas pretensões

frustradas pelos sucessivos governos do período regencial, e em função disso constituíam a principal força de oposição, notadamente na província sul-rio-grandense (Farroupilhas). Os moderados, no poder efetivo desde 1831, pugnavam pelo fortalecimento do parlamento, mas eram extremamente cuidadosos na avaliação do grau de autonomia das províncias, defendendo a monarquia constitucional e centralizada. Todos os segmentos eram majoritariamente monarquistas, com o republicanismo, representado por uma pequena, mas bastante atuante e ruidosa minoria, abrigando-se entre os exaltados.⁴

Imprensa como arena de debates

A atenção aos termos utilizados pelos próprios protagonistas fornece pistas dos seus posicionamentos mais condizentes com o vocabulário e o contexto político e social contemporâneo. No *Noticiador*, por exemplo, pode-se acompanhar uma polêmica entre um grupo de cidadãos e o redator porque este era acusado de não publicar artigos da *Aurora Fluminense*, importante jornal moderado do Rio de Janeiro, que seriam favoráveis ao governo central.⁵ O grupo que o acusava dizia que ele estaria a serviço dos “Farroupilhas, Exaltados, Minhocas, etc.” Os adjetivos que (des)qualificavam os presumíveis oponentes são demonstrativos do alinhamento político dessas pessoas – que se identificavam –, dizendo mais sobre si mesmos do que sobre os adversários. Significativo também era o objeto do protesto, pois percebe-se que a omissão, ou seja, a estratégia de não abordar assuntos ou não repercutir escritos que pudessem reforçar argumentos contrários era prática corrente entre as facções, ou pelo menos em grande parte das folhas. É necessário registrar que, de maneira geral, essa prática é muito mais perceptível nos jornais moderados ou alinhados com o legalismo, mas mesmo o combativo *Noticiador*, órgão que maior espaço concedia às polêmicas, reproduzindo até mesmo escritos absolutamente contrários às convicções de seu proprietário e principal redator, Francisco Xavier Ferreira, usava desse expediente. Uma faceta interessante da querela reside na atitude tomada por esses cidadãos que, de certa forma, exigiam a transcrição de textos de outro periódico. Provavelmente eram subscritores do

⁴ Helga Piccolo traçou um quadro bastante objetivo daquilo que ela denominou, muito apropriadamente, de “As indefinidas (e inconsistentes) definições político-partidárias no segundo reinado” (Piccolo, 1998: 44-65). Uma análise da construção das opções políticas dessa quadra histórica também foi realizada por Marco Morel: *As três soberanias: exaltados, moderados e restauradores* (cap. 3) (Morel, 2005: 99-147).

⁵ *O Noticiador*. Rio Grande, n. 17 e 18, 2 e 9 de março de 1832.

Noticiador, o que poderia justificar tal pleito. Coloca-se aqui uma dificuldade ao editor (e também à interpretação do historiador), relacionada à conjuntura política menos definida, em 1832. Coloca-se, aqui, uma questão interessante, atestando mais uma dificuldade de inclusão dos periódicos em campos estritamente definidos: em que medida as divergências existentes entre os leitores, especialmente os mantenedores, influenciavam no texto ou na seleção de textos?

Relevante também é o fato de que, ao “denunciarem” a não reprodução dos artigos, as pessoas que assinavam a queixa demonstravam o reconhecimento da posição da *Aurora Fluminense* como uma espécie de órgão oficial do liberalismo moderado, e defensor das ações do governo central, defesa à qual também eles estavam associados. O jornal era então colocado em um patamar acima das disputas e da estreiteza do “espírito de partido”, mote político muito usado pela moderação. Agindo assim, objetivava-se um esvaziamento do debate, tática contumaz de quem está no poder, especialmente mediante o uso do recurso da ocultação das divergências, em um momento tenso mas ainda não conflagrado.⁶

Alfredo Varela, em sua monumental obra sobre a Revolução Farroupilha, descreve o tipo de postura que caracterizaria a atuação de parcela significativa da elite política antes do conflito:

Em verdade, tudo indicava que nada mais lograria deter os acontecimentos, que se precipitavam. No instante em que uma ‘falsa política’ opera como se o Brasil palpitasse ao mesmo compasso, como se fossem uníssonas as suas aspirações, como se o mantivesse coordenado um inabalável *consensus*; no vasto organismo combalido, tudo consente, tudo conspira, tudo concorre, para a quebra da unidade nacional e ruptura dos elos que prendiam o Rio Grande (Varela, 1933: 467, vol I).

⁶ João Paulo Pimenta registra uma diferença significativa entre o periodismo do Rio de Janeiro e o de Buenos Aires à época da Guerra da Cisplatina. Enquanto os jornais portenhos explicitavam as divergências, citando os periódicos imperiais e rebatendo-os, as folhas da Corte “preferiam antes omitir do que debater”. O autor refere, com acerto, que mesmo revestido de um caráter “menos polemizador” do que o jornalismo de Buenos Aires, a imprensa oficiosa do Império não deixava de ser um importante mecanismo formador de opinião. Creio que se pode avançar, considerando essa postura como tática política bastante objetiva, particularmente efetiva quando se pretende a defesa do situacionismo frente a grupos contestatórios. Não reconhecer os conflitos na então Província Cisplatina era semelhante a procurar obscurecer as tensões oriundas do questionamento da organização imperial enfrentadas na década de 1840 (Pimenta, 2002: 218).

A busca do consenso, ou antes a disposição de fazer crer que se tinha estabelecido esse consenso entre as elites brasileiras, era artifício recorrente no discurso dos moderados. Era o caso, por exemplo, de um dos principais defensores dessa corrente no período anterior à guerra, *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*, órgão publicado sob os auspícios da Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense.⁷ Esse foi um recurso largamente utilizado pelo redator, José Marcellino da Rocha Cabral, em toda a trajetória do periódico. É notável como Cabral insistia em negar ou diminuir a intensidade dos conflitos internos, destacando as diferenças entre essa e as demais províncias do Império. De acordo com a sua argumentação, o Rio Grande afigurava-se uma ilha de tranqüilidade e progresso. Em um artigo no qual se elogiava a criação de uma empresa para a abertura da barra do rio São Gonçalo, essencial para dinamizar a exportação do charque, essas disparidades eram exageradas ao extremo:

É extremamente louvável, e dará ao Brasil exemplo bem raro e importante, esta rivalidade de indústria, e de civilização, que se tem manifestado entre as populações desta parte do Império [refere-se a uma disputa de prestígio e influência entre Rio Grande e S. Francisco de Paula, atual Pelotas]. Enquanto outras províncias rivalizam em rusgas, e em intrigas, nesta disputam-se a glória, e as vantagens da abertura de canais, dos desentupimentos de barras, das casas de Caridade, e associações de Beneficência, de teatros, e outros estabelecimentos de pública e imediata utilidade. Estas são as rivalidades, que devem existir entre povoações do mesmo Estado, porque elas em vez de prejudicarem, reciprocamente concorrem para os progressos, e geral desenvolvimento das riquezas: elas criam novas artérias para a circulação do sangue social.⁸

O objeto específico de que tratava o artigo referia-se a um empreendimento que contava com ingresso de capitais de grande número dos comerciantes e charqueadores de São Francisco de Paula. De fato, a obra era importante para a economia local e mesmo provincial. Dando o devido destaque a isso, era estabelecida a ligação entre interesses, em grande medida específicos dos comerciantes, e prosperidade geral, pois o

⁷ Um estudo detalhado sobre a Sociedade Promotora, e principalmente sobre o periódico mantido pela entidade – *O Propagador da Indústria Rio-Grandense* – fonte básica para análise de sua atuação, foi por mim realizado na dissertação de mestrado (Klafke, 2006).

⁸ *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*. Rio Grande, n. 12, 13 de março de 1833.

texto finalizava afirmando que deveriam ser louvados “tão ilustrados, e patriotas cidadãos destas duas importantes Povoações, que assim sabem combinar os seus particulares, e bem entendidos interesses, com o bem geral da Província, e do Império”.⁹ Também é de se observar que a referência à rivalidade salutar incluía duas localidades cujas elites, majoritariamente, iriam alinhar-se aos imperiais, no momento da radicalização do movimento farrapo. Já existia aqui uma espécie de demarcação regional que situava os defensores da “indústria” e da “civilização”. Por outro lado, o tom pedagógico, utilizado para frisar o tipo de disputa aceitável “entre povoações do mesmo Estado”, pode ser lido como indicativo de referência velada às rivalidades já existentes na província. Cabe lembrar, entretanto, que indícios de posições políticas, de indivíduos ou mesmo de jornais, inferidas do pertencimento a associações, de qualquer natureza (lojas maçônicas, associações comerciais ou “industriais”) são pouco confiáveis, e absolutamente não servem como indicativo de adesão a grupos e eventos que somente mais tarde definiriam-se com mais clareza. Por um lado, devido ao fato de que o combate aos restauradores, que especialmente nos anos imediatamente posteriores à Abdicação era muito intenso, por tratar-se de uma ameaça concreta, tendia a unir moderados e exaltados. De outra parte, porque os vínculos associativos eram suscetíveis de alterações, determinadas por uma conjuntura política um tanto fluida.

Mas a tática do encobrimento, ou de não fornecer “tribuna” aos adversários tinha os seus limites, e nesse sentido a afirmação anterior de Varela deve ser relativizada. Dificilmente, ao redator, seria possível manter-se indiferente, e tampouco pretextar desconhecimento das disputas então em curso. Essas apareciam diariamente na imprensa, determinando diferença mesmo entre partidários da moderação. O que distinguia, por exemplo, o *Propagador da Indústria Rio-Grandense* do *Observador*, apesar da similaridade de propostas, era que o segundo se propunha a um combate mais local, explícito, com relação às disputas políticas em questão. A diferença na abordagem dos conflitos de fronteira, por exemplo, é visível. A posição do *Observador* era clara:

[...] se têm aumentado [a discórdia e a desconfiança], é em consequência das últimas ocorrências do Estado Oriental, da decidida proteção que se tem aqui dado ao infame partido de Lavalleja, da existência das sociedades secretas, e de outros

⁹ *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*. Rio Grande, n. 12, 13 de março de 1833.

sintomas desta natureza, que têm feito acreditar nesta Província a existência de uma conspiração contra o atual governo.¹⁰

A acusação era direta, ainda que não citasse o nome de Bento Gonçalves da Silva, futuro condutor da Farrroupilha, amigo e apoiador do líder uruguaio na sua tentativa de derrubar o governo de Fructuoso Rivera. A proximidade entre esses líderes militares de ambos países não era recente, remontando ao período da Guerra da Cisplatina (Guazzelli, 1997: 147). Nesse momento, os vínculos que se estabeleciam eram indicadores de interesses insatisfeitos em relação à política imperial. Agindo com independência em relação às orientações da Corte, concertando alianças circunstanciais com seus similares orientais, os militares fazendeiros das áreas de fronteira ampliavam o campo de possibilidades. Parecia também existir uma percepção muito clara disto por parte daqueles interessados na manutenção da unidade, explícita na citada manifestação do *Observador*. Um dos seus alvos, certamente, era o grupo ligado ao *Recopilador Liberal*, de Manuel Ruedas, este acusado publicamente de ser um agente a serviço de Lavalleja em Porto Alegre.¹¹

A atitude de pretensa isenção ou de vinculação à razão abstrata que norteava algumas publicações não passava pelo crivo da crítica dos opositores mais atentos. Nesse sentido manifestava-se o combativo *Recopilador Liberal*, proporcionando uma apreciável amostra do uso criativo do vocabulário político de combate “partidário”: “Por uma daquelas antífrases muito próprias do espírito de partido, deram em chamar-se moderados homens, que não são outra coisa mais, do que entusiastas exaltadíssimos, ou fanáticos políticos da atual Administração”.¹²

É interessante a inversão proposta pelos chamados “exaltados”, entre os quais seguramente podemos incluir o(s) autor(es) desse texto, pois o jornal era redigido, além de Ruedas, por Lívio Zambecari e José de Paiva Magalhães Calvet, todos personagens reconhecidos por sua liderança no movimento que dividiu a província. O sentido do

¹⁰ *O Observador*. Rio Grande, n. 79, 2 de fevereiro de 1833.

¹¹ As atividades de Manuel Ruedas sempre estiveram cercadas pela polêmica, tendo sido muito combatido por representantes dos interesses imperiais. Escreveu, além do *Recopilador Liberal*, no *Idade de Pau* e no *Republicano*, todos órgãos de imprensa ligados aos farroupilhas. Teve atritos com os sucessivos presidentes da província, o que culminou, parece, com a sua expulsão do Império em 1834, acusado de imiscuir-se em assuntos políticos brasileiros. Republicano convicto, sua ligação com Lavalleja e Oribe vinha desde a Guerra da Cisplatina, em 1825, na qual fora alferes das tropas oribistas. Esta ligação nunca foi desfeita, pois ao retornar ao país de origem, Ruedas se reintegrou às forças de Manuel Oribe, cooperando com Rosas na chamada Guerra Grande. Aspectos da sua biografia realmente permitem considerá-lo um importante “agente” do republicanismo na província, justificando o combate que lhe davam os defensores da integridade do Império.

¹² *O Recopilador Liberal*. Porto Alegre, n. 68, 27 de fevereiro de 1833.

epíteto, junto com a pecha de fanáticos, que sempre lhes era imputada, é transferida para os auto-denominados moderados.¹³ A crítica, nesse caso, era um tanto genérica, mas já demarcava posições que alguns insistiam em não reconhecer.

Depois dos primeiros eventos que conduziram à cisão, o discurso, evidentemente, torna-se mais explícito, e então parece ser a defesa dos interesses imperiais que assume um tom mais agressivo, no sentido do “desmascaramento” dos adversários. Em tom que a nós soa demasiadamente catastrófico, mas que segue preceitos retóricos vigentes então, alertava o redator do *Liberal Rio-Grandense*:

Que série de calamidades nos aguarda, Rio-Grandenses, se a doutrina satânica do Continentista, e dos homens do seu credo não for enérgica, e unanimemente repelida pelos homens da lealdade!!

Que querem eles, Concidadãos? Nada menos, que espedaçar o nosso Pacto Social; levantar o estandarte da rebelião contra o Senhor D. Pedro 2º, delícias, esperança dos Brasileiros; sem motivos, sim sem justo motivo separar-nos para sempre de nossos irmãos...¹⁴

Entretanto, a despeito da ameaça, no mesmo texto, em aparente contradição, surge o argumento tranquilizador:

Os Rio-Grandenses querem o cumprimento das promessas solenes, que à face do Céu, e da terra lhe fizeram os Chefes da gloriosa revolução de 20 de Setembro: nada menos, nada mais. Rio-Grandenses, não temais, não é possível que esses ilustres guerreiros, que se tem coberto de glórias a prol do Império de Santa [Cruz? Ilegível], do Paraíso do Novo Mundo, desses homens, que prezam a sua honra, e o valor de sua palavra pública acima de todas as considerações, queiram ser perjuros, e infames, traindo essa mesma Pátria, por quem tantas vezes à frente de bravos arrostaram a morte.¹⁵

O que podemos tomar como contradição também pode ser revelador de um discurso mais cuidadoso do governante, pois o periódico que assim inicia sua trajetória

¹³ Como observa Morel, “em geral, a palavra *Exaltado* era usada mais como acusação de adversários do que como identidade assumida” (Morel, 2005: 114).

¹⁴ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, n. 1, 29 de dezembro de 1835.

¹⁵ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, n. 1, 29 de dezembro de 1835.

é fruto da iniciativa do presidente Araújo Ribeiro, e em início de mandato. É interessante observar que a menção aos opositores, no primeiro excerto, é feita nomeando a folha que o autor identifica como sua representante. É uma prática recorrente, e entre todos que debatem através da imprensa. À falta de uma definição formal mais clara em termos de agrupamentos políticos, os jornais acabam servindo como referência e quase que guindados ao status de partido político.

A tentativa de aliar-se, de cooptar ou captar uma possível simpatia popular vinculada aos líderes do movimento (especialmente daqueles mais moderados), prossegue em uma edição posterior do mesmo jornal:

Rio-Grandenses, estando com as rédeas do Governo da Província o nosso digno patrício, o Sr. Araújo Ribeiro, nada vos resta a temer, por que ele será necessariamente coadjuvado pelos Ilustres Coronéis Bento Manuel Ribeiro, e Bento Gonçalves da Silva, que não pertencem nem podem pertencer a essa facção desorganizadora.¹⁶

Nessa conjuntura difícil, porém ainda passível de retorno à ordem mediante negociação, juntamente com os motivos elencados acima, acerca dos objetivos políticos de tais discursos, transparece também um estratagema divisionista, e são citados os líderes com os quais busca-se aproximação. Não se esconde a necessidade de combate a uma facção mais perigosa, da qual os “ilustres coronéis” são separados. Podemos considerar ainda que, independente da sinceridade ou não desse gesto, no pior dos casos, a presidência deixava claro e público que trabalharia pela união da província.

Se esse era um discurso representativo dos moderados, e pertinente ao momento de sua formulação, antes da proclamação da República Rio-Grandense, muito distinto era o dos setores mais conservadores, como o do *Artilheiro*, mais ainda porque elaborado em uma conjuntura bem mais radicalizada. Se nos anos de 1831 até 1835 era possível, na província, atuar até mesmo sob um discurso pretensamente apolítico, o acirramento dos espíritos e das disputas, marcante logo depois desse período, exigiria posições mais claras. Nesse jornal era ironizada a inclusão de pessoas de posição ambígua entre os legalistas (no caso, do próprio presidente da província, Feliciano Nunes Pires), ou seja, a própria qualificação era disputada, denotando as querelas intra-facções. “Ao ver a proclamação do Exm. Snr. Nunes disse certo capadócio, quando leu

¹⁶ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, n. 3, 5 de janeiro de 1836.

– *Vivam os Legalistas desta Província* – olha o maganão como se exclui do número, não quis esperar que nós fizéssemos a exclusão! Que má língua, diz o Artilheiro”.¹⁷

Em uma seção do periódico chamada “Lá vai bala rasa”, da mesma edição, o redator criticava duramente a idéia de soltar presos “pronunciados”, bem como atacava a política de entendimento que ele atribui a Feliciano Nunes Pires em relação aos “rebeldes”:

O Artilheiro quer que impere a Lei em todo o caso, e mais desejava, quando falasse dos atos de S. Ex., dar salvas de alegria, do que gastar balas, bombas, etc. siga S. Ex. a risca a Lei, não procure senão fazer triunfar a Causa da Nação, e emende alguns erros, que o Artilheiro será o seu maior Apologista, e assim terá o Sr. Nunes conceito, popularidade, e força moral, como lhe convém, d’outro modo não só realizará o que os Periódicos da Corte dizem dele, como terá o Artilheiro sempre pela proa, com sua Peça, e Obus.¹⁸

Em mais uma amostra das divergências que podem conter uma denominação genérica como legalistas, notemos que o redator insinua que a postura do presidente é criticada e levanta suspeitas entre os jornais da Corte. Trata-se de uma manifestação do conservadorismo agressivo que pode ser aproximado dos setores regressistas que começam a dar novos rumos ao governo central. A reforçar os argumentos do escritor, a própria linguagem transmite a idéia de confronto violento, permanentemente pontuada por metáforas e figuras de inspiração militar. Aspecto digno de nota do trecho citado é a relação que se estabelece entre a popularidade, e mesmo a força moral do governante – essencial ao poder político –, doravante dependentes não só da sua obra concreta, mas fundamentalmente da publicidade positiva que só a imprensa poderia fornecer.

A artilharia pesada do redator volta-se contra os moderados, os defensores de uma possível “terceira via”, debatendo com o *Correio*. Consoante à denominação da seção do jornal no qual aparece o texto, “Lá vai bala”:

Procure o Correio desacreditar a gente da Província com os seus escritos, dizendo, que ela se acha dividida em partidos! Já se viu maior desaforo? Aqui pouca ou nenhuma saída tem o tal

¹⁷ *O Artilheiro*. Porto Alegre, n. 3, 5 de agosto de 1837.

¹⁸ *O Artilheiro*. Porto Alegre, n. 3, 5 de agosto de 1837.

papelucho, e quase, que sem errar, assevera o Artilheiro, que não há em toda a Cidade 20 Legalistas puros, que o leiam, e esses 20 se o lêem é mais para ver a manha com que o lobo se cobre com a capa da ovelha, e vigiá-lo de perto, do que para se deleitarem com as suas doutrinas: os mais, que o lêem, já se sabe, ou são *meias caras*, que choram pelo tempo da *gloriosa*, ou farrapos: nenhum abalo pois causam aqui suas doutrinas, ao longe sim podem causar alguma impressão a quem ignorar os fatos, e não souber, que na Província não existem senão dois partidos diametralmente opostos um ao outro: um composto da gente grada, e rica, da província, e de pessoas honradas, que quer a ordem restabelecida, custe o que custar; a dignidade da Nação mantida, a lei observada; que defende, há dois anos, a integridade do Império, e o Trono de S. M. o Sr. D. Pedro II, e que aborrecido, e exasperado já da muita contemplação, que com os rebeldes tem havido, sem disso se haver colhido o menor bem, mas antes o maior mal, quer o crime punido, e a segurança pública mantida; um outro partido, composto quase no todo da canalha, que quer a desordem, o roubo, o assassínio, o massacre, a província independente, e constituída em República, e que trabalha para esse fim ocultamente há perto de 8 anos, e declaradamente, e por vias de fato há dois. Nenhum outro partido existe na Província, e a existir é um terceiro, que com a capa de Legal moderado trabalha de combinação com o anarquista a quem favorece, e protege. [...] Traz o *bicho* Correio em abono do que diz a autoridade de Mr. Droz, que assim se exprime: *Eu deploro o país, onde se quer classificar indivíduos por suas opiniões políticas, não se divisa senão dois partidos extremos: e um centro nulo flutuando de um para outro. Que quer dizer isto? O Correio trouxe lenha para ser queimado: entre nós os dois partidos extremos, isto é diametralmente opostos são o Legal, e o farrapo: e o outro nulo flutuando de um para outro qual será? O terceiro partido, a que o Correio, segundo ele, dá bem claramente a conhecer, pertence: sim, ele flutua ora para o*

partido Legal, ora para o farrapo, semelhante às ervas chamadas *aguapés*, e que tendo as suas raízes mais próximas de uma margem do que da outra, impelidas pela correnteza, ou pelo vento vão flutuando até a margem contrária, e oposta àquela onde estão arraigadas, mas logo, que cesse a causa impulsora, elas imediatamente tornam a flutuar para a margem onde estão seguras pela raiz, e donde terão o *alimento!*¹⁹

A riqueza do texto justifica a citação longa. Provavelmente o ataque está direcionado ao *Correio de Porto Alegre*, efêmera folha de defesa da presidência de Feliciano Nunes Pires, da qual existem apenas referências em outros jornais.

Aqui a retórica inspirada do redator – a imagem do aguapé, por exemplo, é muito eloqüente – está a serviço da radicalidade crítica e do tensionamento político. Tensionamento que é forçado pelo exagero de distinção de “classe” que o autor propõe, ignorando o caráter de movimento de elite que, efetivamente, fora responsável por cindir a província. De seu ponto de vista, entretanto, seria bem mais difícil articular, no discurso, o combate a partir desse reconhecimento.

Distintas conjunturas, diferentes objetivos políticos, ocasionam mudanças no posicionamento e sobretudo na linguagem de alguns periódicos. Depois de 1840, com a antecipação da maioria de Pedro II, o Brasil entrava em uma nova fase. Vista pelos contemporâneos como solução frente ao permanente estado de instabilidade, a entronização do jovem monarca, de fato, inaugurou uma política que, sob condução conservadora, propunha enfrentar a questão da integridade imperial. Na província, um dos grandes problemas a resolver, o discurso legalista oficial assumiu um caráter mais propositivo na relação com os dissidentes, apontando para soluções negociadas, conciliatórias, existindo até uma proposta de anistia em troca da volta à ordem. Não por acaso, portanto, surge então *O Conciliador*, em Rio Grande, no início da presidência de Álvares Machado. Agora, as dissensões são melhor “compreendidas”:

[...] a simples intuição basta para convencer-nos de que ódios enraizados, prevenções nutridas pelo hábito, e fortificadas por mal-entendidos interesses demandam tempo, paciência, e muito conhecimento do coração humano, para serem eliminadas de peitos ulcerados, darem lugar ao restabelecimento do estado

¹⁹ *O Artilheiro*. Porto Alegre, n. 6, 26 de agosto de 1837.

normal; e aos nobres sentimentos de que depende a sociedade civil. [...] no seguimento do texto há um apelo: Desiludamos os prevenidos, semeemos por toda a parte o espírito de concórdia e de reconciliação; levantemos, ou rasguemos o véu, que veda a penetração da luz da verdade naqueles que estão imbuídos em máximas errôneas, e mesquinhas tendentes à prolongação de uma luta devorante.²⁰

A mão estendida sempre é destacada pela ressalva, constante nesse mesmo artigo, quanto “ao escrupuloso melindre em não ferir a dignidade do Trono”. Menção importante, no texto, pois também sinaliza aos setores mais conservadores, de quem, mesmo então, qualquer tentativa de acordo merecia a acusação de fraqueza, quando não de traição, de estarem os “falsos legalistas” ou “meias-caras” a serviço das forças rebeldes. Em virtude desse clima acirrado, mesmo o aparentemente cordato Álvares Machado não se livrou de se envolver em violentas polêmicas, como com o já citado Manuel dos Passos e Figueiroa, antigo redator do *Correio da Liberdade*, e que nesse momento publicava *O Analista*. O ataque de Figueiroa, que chegou a ser preso pelo presidente, era explícito:

Bem longe estava eu de persuadir-me que, mesmo dentre aqueles que à boca cheia se intitulavam Legalistas e defensores da Maioridade do Nosso Augustíssimo Monarca, desafortadamente surgissem zelosos procuradores dos mais encarniçados inimigos da Lei e da Monarquia, destes dois objetos sagrados de que eles mesmos pretendem inculcar-se-nos acérrimos protetores e inabaláveis sustentáculos, sem que ao menos lhes passe pela idéia, que vão desmentir com fatos aquilo mesmo que com seu chocho palavreado nos querem fazer acreditar.²¹

Por trás da acusação do jornalista, efetivamente, parece haver mais do que crítica política, pois a leitura de conjunto da polêmica também aponta para o descontentamento com um suposto favorecimento da presidência da província a outros periódicos, como *O Comércio*, na publicação dos anúncios oficiais, fonte importante de manutenção para alguns. Para Figueiroa, um “empresário” do nascente setor de comunicações, esse não

²⁰ *O Conciliador*. Rio Grande, n. 1, 5 de dezembro de 1840.

²¹ *O Analista*. Porto Alegre, n. 65, 19 de março de 1841.

seria um mero detalhe, o que nos lembra, novamente, de certos condicionantes comezinhos dos textos aos quais propomos uma análise fundamentalmente política.

A argumentação do redator, a despeito de razões não tão nobres, permite perceber mais uma vez, e basta já de exemplos, o quanto a imprensa cumpria o papel de espaço de debate público. Nessa passagem aparece novamente a insinuação sobre a proteção, até oficial, prestada aos rebeldes. Os “mais encarniçados inimigos da Lei e da Monarquia”, por esta altura, utilizavam-se da defesa do que para muitos era o seu sistema antitético: o republicanismo. Obrigavam, assim, que os defensores da unidade imperial também se manifestassem sobre essa novidade americana, invariavelmente em termos negativos, embora com ressalvas aos Estados Unidos.

Considerações finais

Adequando-se a distintas conjunturas, os periódicos seguiram sua peroração até o final do período estudado. A imprensa constituiu-se no fórum no qual foi exposto, mais do que ofensas e reivindicações, veladas ou explícitas, o pensamento político de um setor de elite que, embora de maneira desigual, em relação ao centro do Império, buscava também construir e justificar o ordenamento político em processo de estabelecimento. Divisões existiram, ancoradas em razões as mais variadas. Simplificadas, resultaram em uma avaliação maniqueísta que contrapunha legalistas e farroupilhas. A partir dessa distinção, a relativa atenção da historiografia conferida aos fundamentos políticos dos agentes históricos concentrou-se nos contestadores da ordem precariamente instituída, em parte porque, de fato, são mais evidentes as marcas da teorização em quem buscava oferecer opções. Mas, em grande medida, também devido às particularidades do programa “gaúcho” de invenção das tradições, que necessita obliterar aspectos que eventualmente não servem à construção dos mitos identitários.

Bastante já foi escrito acerca da existência das divergências políticas, econômicas e sociais que cindiram a província nos anos de estruturação do Estado imperial. Menos, todavia, sobre as justificativas de cunho teórico dos defensores locais da centralização. Um tempo específico delineava-se – seguindo Ilmar Mattos (Mattos, 2004) – cuja condução era disputada. Na província, certamente, o discurso caracterizou-se pelo baixo grau de teorização, em parte em virtude do combate aberto, mas que nem por isso deve ser ignorado: era a teorização da época, que a precária imprensa de então nos permite acompanhar.

FONTES DE PESQUISA

Periódicos

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre), Arquivo Histórico Moysés Vellinho (Porto Alegre) Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande), Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas), e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

O Analista (Porto Alegre, 1840-1843)

O Artilheiro (Porto Alegre, 1837-1838)

Aurora Fluminense (Rio de Janeiro, 1833-1834)

O Conciliador (Rio Grande, 1840)

Correio Oficial da Província de São Pedro (Porto Alegre, 1835)

O Liberal Rio-Grandense (Rio Grande, 1835-1836)

O Mestre Barbeiro (Porto Alegre, 1835)

O Noticiador (Rio Grande, 1832-1836)

O Observador (Rio Grande, 1832-1834)

O Propagador da Indústria Rio-Grandense (Rio Grande, 1833-1834)

O Recopilador Liberal (Porto Alegre, 1832-1836)

BIBLIOGRAFIA

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (1997). *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS (Tese de doutorado).

KLAFKE, Álvaro Antonio (2006). *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de “O Propagador da Indústria Rio-Grandense” – 1833-1834*. Porto Alegre: UFRGS/ PPG em História (dissertação de mestrado).

MACEDO, Francisco Riopardense (1994). *Imprensa Farroupilha: antologia e índice*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL.

MATTOS, Ilmar Rohloff (2005). *O Tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Hucitec.

MOREL, Marco (2005). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820/1840*. São Paulo: Hucitec.

PICCOLO, Helga I. L (1998). *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

PIMENTA, João Paulo G. (2002). *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP.

POCOCK, John G. A. (2003). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: USP.

SODRÉ, Nelson Werneck (1999). *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad.

VARELA, Alfredo (1933). *História da Grande Revolução*. 6 vol. Porto Alegre: IHGRS/Gov. do Estado.